

CAIXA**SIHEX**
Sistema de Histórico de Extratos**Data: 15/09/2017****Página: 1 de 1****Cliente: SANTO BENTO DA SILVA****Agência: 1987 - PARQUE PIAUI, PI****Operação: 013 - Poupança Pessoa Física****Conta: 00065534 - 3****Período de solicitação do Extrato: 12/2015 a 01/2016**

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				0,00 D
28/12/2015	000001	DEPOSITO	4.225,00 C	
28/12/2015	281632	SAQUE ATM	1.500,00 D	3.225,00 C
29/12/2015	000000	SAQ CARTAO	3.000,00 D	225,00 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				225,00 C
11/01/2016	000000	ABONO PJS	880,00 C	
11/01/2016	091036	SAQUE B24H	150,00 D	955,00 C
13/01/2016	131640	SAQUE B24H	60,00 D	
13/01/2016	131643	SAQUE B24H	400,00 D	495,00 C
18/01/2016	160906	SAQUE B24H	350,00 D	145,00 C
20/01/2016	201531	SAQUE ATM	140,00 D	5,00 C
28/01/2016	000000	REM BASICA	0,01 C	
28/01/2016	000000	CRED JUROS	0,03 C	
28/01/2016	160113	SAQUE ATM	1,45 D	
28/01/2016	160118	SAQUE ATM	1,45 D	
28/01/2016	160120	SAQUE ATM	1,45 D	0,69 C

comprovante do depósito do DPRAT

SECRETARIA DE SEGURANÇA DO PIAUÍ

INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL "Gerardo Vasconcelos"

Rua Francisca de Melo Lôbo, s/n.º Sacy - Fone: 86 3220 7373

TERESINA-PI CEP: 64020-190 CNPJ: 06.553.549/0001-90

**LAUDO DE EXAME PERICIAL - L. CORPORAL-ACID. TRÂNSITO****Identificação do Laudo:**

Pag: 1 de 1

Código: 112956	Tipo: L. CORPORAL-ACID.	Requerente: DELEGACIA DE ACIDENTES	Cidade: TERESINA-PI
Data Requisição: 08/10/2018	Remeter para: O mesmo(a)	Data Exame: 09/10/2018	Hora Exame: 08:43
Local Exame: I.M.L.		Emissão do Laudo: 09/10/2018 08:43:35	

Identificação do Periciando:

Código: 93682	Nome: SANTO BENTO DA SILVA	Nacionalidade: Brasileira	Cor: PARDA
Dt. Cadastro: 09/10/2018	Endereço: RUA SANTA RITA, 2948 - PARQUE VITÓRIA - TERESINA - PI		
Mãe: MARIA DAS DORES DA SILVA	Pai: MENELVINO BENTO GONÇALVES		
CPF:	RG: 2.872.217-SSP-PI	Registro Nascimento:	
Profissão: CARPINTIRO	Nascimento: 05/01/1988	Idade (anos): 30	Sexo: M
		Estado Civil: Casado(a)	

LAUDO:

P R E Â M B U L O: No dia, hora e local acima referidos, os peritos designados pelo Ilustríssimo Coordenador Estadual do Instituto de Medicina Legal "Gerardo Vasconcelos", IMLGV, André Biondi Ferraz - Perito Médico-Legista - CRM 4466 - PI, nos termos do art. 178 do Código de Processo Penal, para procederem ao Exame de Corpo de Delito descrito acima do periciando também já qualificado. Em face do que viram e observaram passaram a descrever com verdade e com todas as circunstâncias o que encontraram e, bem assim, esclarecerem tudo quanto possa interessar. **H I S T Ó R I C O:** Periciando orientado auto e alo psiquicamente, relata que fora vítima de acidente de trânsito com motocicleta que pilotava, e QUE POR OCASIÃO DO ACIDENTE NÃO ERA HABILITADO PARA A CONDUÇÃO DE TAL MODALIDADE DE VEÍCULO. e que por ocasião do acidente era habilitado para a condução de tal modalidade de veículo. **DESCRIÇÃO:** Presença de cicatriz de ferimento cirúrgico na face anterior do terço proximal da perna esquerda (tratamento cirúrgico de fratura de tibia subjacente - HUT - 365230). Como sequelas o periciando tem LIMITAÇÃO PARCIAL DA ARTICULAÇÃO DO JOELHO HOMOLATERAL AO TRAUMA. Tais sequelas conferem ao periciando uma DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO E NÃO LEVA A UMA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. PARA FINS DE SEGURO DPVAT, COM RELAÇÃO À REPERCUSSÃO NA ÍNTEGRA DO PATRIMÔNIO FÍSICO (art. 3º, Lei 6194 / 1974 - incluído pela Lei nº 11.945, de 2009), OS DANOS CORPORAIS TOTAIS DO PERICIANDO LEVAM A PERDA NULA (0,0%). **DISCUSSÃO:** Periciando informa que já recebera seguro DPVAT referente ao acidente motivo desta perícia. **RESPOSTA AOS QUESITOS FORMULADOS:** 1) Houve ofensa à integridade física ou a saúde do examinado? Resp.: SIM. 2) Qual o instrumento ou meio que a produziu? Resp.: INSTRUMENTO CONTUNDENTE. 3) Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito? Resp.: PODERÃO TER SIDO. 4) Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função? Resp.: RESULTOU EM INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS POR MAIS DE TRINTA DIAS E EM DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO. 5) Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função ou deformidade permanente? Resp.: NÃO. 6) Outros dados julgados úteis? Resp.: NÃO. Nada mais havendo, deu-se por findo o presente laudo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

/////

JOSÉ LUIZ CASTELO E. DE SIQUEIRA
Perito Médico-Legista - CRM 1873 - PI

Raimundo Nonato Lima
Escrivão de Polícia 1ª Classe
Mat.: 009342-4

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO MÉDICO LEGAL
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICADO, que a presente cópia confere com a original. O referido é verdade e dou fé.
Teresina-PI, 23 de 10 de 2018
Escrivão de Polícia 2ª Classe
Matrícula 00342-4



MORAES & CAVALCANTE
ADVOCACIA E CONSULTORIA
OAB/PI 5156 - OAB/PI 11.545
Rua Ceará, 1729, Vila Operária, Teresina - PI
CEP 64003-400 - fones: (86) 3213-1010; 9925-4152

“Bem aventurados aqueles que têm fome e sede de justiça porque eles serão saciados”

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO
JUIZADO ESPECIAL CÍVIL E CRIMINAL ZONA SUL 2 – Sede Bairro PARQUE
PIAUÍ DA COMARCA DE TERESINA

SANTO BENTO DA SILVA, brasileiro,
casado, desempregado, com RG de nº 2.872.217 SSP-PI e CPF de nº
040.308.743-04, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, nº 2948 no
Parque Vitória, na cidade de Teresina-PI, CEP: 64012-065, através de seus
advogados legalmente constituídos, conforme instrumento de mandado em
anexo, ambos com escritório profissional na Rua Ceará, nº 1729, Bairro
Vila Operária, CEP 64003-400, Teresina-PI, onde recebem correspondências
e intimações para os atos processuais, vem mui respeitosamente, à presença
de Vossa Excelência, , com fulcro na Lei nº 6.194/74 e Decreto-Lei nº 73/66,
propor a presente:

AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO
OBRIGATÓRIO

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO**
SEGUROS DPVAT S/A, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob
o nº 09.248.608/0001-04, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74,
5º andar, Centro – Rio de Janeiro - RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos que
passa a expor:

DA JUSTIÇA GRATUÍTA

De início, requer sejam concedidos os benefícios da **Justiça Gratuita** nos termos da Lei nº 1.060/50 e da Lei nº 7.115/83, por não possuir meios capazes de suportar as despesas de um processo judicial, sem prejuízo próprio ou da família, para que assim não veja vencida a satisfação de seus Direitos.

1- DOS FATOS

O Promovente envolveu-se em um acidente de trânsito no dia 06/07/2015, por volta das 10:30 h da noite, na cidade de Teresina-Pi, na BR 316, onde o mesmo se utilizava da moto de propriedade de Maria de Jesus Ribeiro da Silva , quando foi colidido por um carro de placa e propriedade não identificados, pelo fato do motorista do mesmo ter se evadido do local, causando ao promovente escoriações por todo o corpo deixando uma invalidez permanente conforme Laudo Médico Pericial e que corresponde a valores indenizáveis conforme tabela de DPVAT instituída para esse fim pela Lei nº 11.945/2009 (MP nº 451/2008):

Invalidez Permanente parcial completa:

- Perda anatômica e/ou funcional de completa de um dos membros inferiores: R\$ 9.450,00.

No dia do acidente o promovente foi levado para o HUT (Hospital de Urgência de Teresina), fato este registrado pela autoridade policial como consta o Boletim de Ocorrência em anexo, onde o mesmo necessitou de cuidados emergenciais e hospitalares, bem como foi internado como demonstram o Relatório de Atendimento do Hospital, e boletim de internação no dia 08/07/2015.

O laudo Médico para Avaliação de Invalidez Permanente, com data de 22/11/2017, demonstra que houve uma deficiência irreversível e

permanente que o incapacita até mesmo par o trabalho, após o término do tratamento.

Assim constata-se que a lesão decorrente do acidente acima narrado deixou sequelas, ante a perda funcional do membro, que não suporta maior esforço, quando exigido, causando a parte Autora INVALIDEZ PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HAVENDO POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA.

Ocorre Excelência que administrativamente a parte Autora não obteve êxito no recebimento do seguro, uma vez que a seguradora lhe pagou de indenização somente a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais) em 28 de dezembro de 2015.

Ocorre Excelência, que o autor faz jus a uma indenização de valor maior, tendo em vista, que o mesmo ficou com uma invalidez permanente, uma vez que sofreu perdas funcional de um dos membros, devendo portanto esse valor recebido ter uma complementação para R\$ 13.500(treze mil e quinhentos) ditos na lei.

Pela vista dos fatos e da suficiente documentação acostadas aos autos, verifica-se legitimidade do pleito, uma vez que:

1º: por idônea certificação, a parte Autora foi vítima de sinistro provocado por veículo automotor de via terrestre, o que se evidencia através do boletim de entrada no HUT.

2º: por idônea certificação, a parte Autora encontra-se em situação de INVALIDEZ PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HAVENDO POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU CURA, em razão das sequelas advindas do referido sinistro, conforme Laudo Médico.

3º: O pagamento da indenização ora reclamada independe de culpa, finalidade do veículo, quitação de impostos ou vínculo a seguradoras específicas, sendo, pois exigível a qualquer destas instituições garantes, impondo-se, inclusive, as penalidades que determina o artigo 11 da Lei 6.194/74, em caso de seu descumprimento.

2- LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

3- DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber a complementação do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor a ser recebido pela Promovente em caso de invalidez permanente conforme a tabela do DPVAT é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), vez que ocorreu debilidade permanente na função do membro inferior como comprova laudos anexos.

Existe jurisprudência que entende que a deformidade permanente de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.

APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO DPVAT - ASSIMETRIA FACIAL LEVE - DEFORMIDADE PERMANENTE - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DE LEVE REPERCUSSÃO - CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - FIXAÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO AO PATAMAR DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) - § 1º, INCISO II, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.DPVATDPVAT§ 1ºII3º6.1941. A deformidade permanente proveniente de acidente automobilístico, de qualquer natureza, é indenizável; **desde que, haja a comprovação do sinistro e dele tenha originado as seqüelas no acidentado.**2. O conceito preconizado pelo § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74, redação alterada pela Lei 11.482/07, garante a vítima de acidente automobilístico, quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta a indenização proporcional de 50% (cinquenta por cento) para as repercussões de natureza média, sobre o valor integral da indenização por morte ou invalidez permanente (R\$ 13.500,00).§ 1ºII3º6.19411.4823. **A finalidade precípua do seguro DPVAT é estabelecer a garantia de uma indenização que atenda às necessidades repentinas e prementes do acidentado, que no caso em tela, teve como consequência e em decorrência do sinistro, deformidade permanente no membro inferior direito.**DPVAT4. Recurso provido em parte. Decisão Unânime. (1202431020098170001 PE 0120243-10.2009.8.17.0001, Relator: Agenor Ferreira de Lima

Filho, Data de Julgamento: 14/12/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 235). (grifos nossos).

O julgado acima defende, por tanto, que a segurada seja beneficiada por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou. Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despende; que em um caso de invalidez permanente, nunca cessarão.

O cálculo realizado pela seguradora o do inciso II do § 1º do já citado art. 3º da Lei 6.194/74, onde ocorre a diminuição da proporção da tabela. No entanto, tal diminuição só é procedente em casos de incapacidade permanente parcial, que como já demonstrado, não foi o que restou comprovado nos laudos técnicos, não tendo o condão, portanto da ré diminuir *de per si*, o valor devido. Sendo assim, tem sim direito, a autora à aplicação, em seu caso, do I, §1º, do art 3º da lei do seguro obrigatório (6.194/74), ou seja, **a Promovente faz jus a ser enquadrada diretamente na tabela.**

O valor que o autor recebeu, de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais) em 28 de dezembro de 2015. não foi suficiente para ampará-lo. **Diante de tudo o que sofreu o autor e vem sofrendo, pois este ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6.194/74, é o mais justo ao seu caso.**

Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que o autor tinha ou enxugaria suas lágrimas, mas ajudaria em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária, que é **para isso que serve o seguro: amenizar a perda, no caso do autor.**

A indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionado a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº6.194/74:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano

decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e o Laudo , suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

Portanto, **o Promovente faz *juz* a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, como demonstrado acima, ou seja, faz *juz* a receber o percentual de 100% (cem por cento) do valor total do seguro, tal valor corresponde à R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser deduzido o valor já recebido, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.**

4 – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Cada parte, portanto, tem o ônus de provar os pressupostos fáticos do direito que pretenda, conforme o art. 333, I e II do CPC;

Art. 333 - O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Para as demandas intentadas no âmbito das relações de consumo existe regra especial que autoriza, a inversão do ônus da prova, transferindo-o da autora para o réu (art. 6º, VIII do CDC);

Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando

for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;

Que seja concedido esse direito, para que haja a proteção à parte mais vulnerável da relação de consumo, a requerente como consumidora.

5-DOS PEDIDOS

Ante o exposto passa a requerer:

a) A citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;

b) Que seja **JULGADO PROCEDENTE TODOS OS PEDIDOS**, consequentemente, que a seguradora Demandada seja condenada ao pagamento da complementação da indenização do seguro obrigatório DPVAT ao Demandante, no valor de R\$ 8.725,00 (oito mil e setecentos e vinte e cinco reais), pela ausência de possibilidade de recuperação significativa decorrente de traumas permanentes, valor este corrigido e acrescido de juros de mora a partir da citação;

c) A determinação da inversão do ônus da prova em favor da parte autora, face a verossimilhança das alegações e sua cabal hipossuficiência, por força do artigo 6º, inciso VIII, do CDC.

d) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita ao autor, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;

e) A condenação da parte ré nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbências arbitrados por Vossa Excelência, onde aponta o percentual de 20% (vinte por cento).

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal da Promovente;

Dá-se a causa o valor de R\$ 8.725,00 (oito mil e setecentos e vinte e cinco reais)

Termos em que,

Pede deferimento.

Teresina-PI, 14 de Setembro de 2018.

MARIA DO SOCORRO MORAES CAVALCANTE

OAB/PI Nº 5156

YURI ADLLER MORAES CAVALCANTE

OAB/PI Nº 11.545



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME

SANTO BENTO DA SILVA
MARIA JOSÉ ALVES DA COSTA

MA TRÍCULA

148064 01 55 2014 2 00118 158 0045246- 65

(LIVRO B: 118 TERMO: 45246 FOLHA: 159)

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, LOCAIS E DATAS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E
FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

SANTO BENTO DA SILVA, NASCIDO EM SÃO MIGUEL DO TAPUIO-PI, BRASIL, EM CINCO (05) DO MÊS DE
JANEIRO (01) DO ANO DE UM MIL, NOVECENTOS E OITENTA E OITO (1988), FILHO DE MENELVINO BENTO
GONÇALVES E MARIA DAS DORES DA SILVA.

MARIA JOSÉ ALVES DA COSTA, NASCIDA EM DUQUE BACELAR-MA, BRASIL, EM DOIS (02) DO MÊS DE
AGOSTO (08) DO ANO DE UM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS (1992), FILHA DE JOSÉ ADAUTO
ROCHA DA COSTA E MARIA DALVA ALVES.

DATA DE REGISTRO POR EXTENSO

DEZOITO DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE

DIA MÊS ANO

18 07 2014

REGIME DO CASAMENTO

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

MARIA JOSÉ ALVES DA COSTA SILVA

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

NOME DO OFÍCIO: 1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL

OFICIAL(A): ANTONIO UBRATAN VIEIRA

MUNICÍPIO: TERESINA-PI

ENDEREÇO: RUA DAVID CALDAS Nº 325 CENTRO/NORTE

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Data e local: TERESINA, PI, 18 de Julho de 2014.

Luciana das Neves Sousa

Luciana das Neves Sousa
Língua Substituta
1º Cartório do Registro Civil
Teresina - Piauí





Poder Judiciário

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL - ZONA SUL 1 - SEDE
RODOVIA BR 316, KM 05 - BELA VISTA - CEP 64.039-200 - TERESINA - PI
FONE FAX: (86) 3215-7435

PROCESSO ELETRÔNICO Nº. 0030119-36.2018.818.0001

AÇÃO: COMPLEMENTAÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO

AUTOR: SANTO BENTO DA SILVA TEL: (86) 9824-0854

ADV. DO REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO MORAES CAVALCANTE OAB/PI: 5156

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

No dia 22 de janeiro de 2019, às 12:00 horas, na sala de audiência do JECC - Zona Sul 1 - Bela Vista, Sede, supervisionado pelo Juiz Titular, Dr. João Henrique Sousa Gomes, presente o Conciliadora, Lília Martins Vilarinho Brandão de Pádua, feito o pregão, referente ao processo em epígrafe, verificou-se a presença do autor, acompanhado de advogado. Na ocasião a parte autora requereu a juntada de seu comprovante de endereço, bem como da certidão de casamento. Razão pela qual a parte autora fica intimada para comparecer à Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento redesignada para o dia **26 de Fevereiro de 2019 às 08:00 horas**. Nada mais havendo a registrar foi encerrado o presente termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos os presentes.

Conciliador: 

Autor: Santo Bento da Silva

Adv. do Autor: 

EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
ZONA SUL 1-SEDE BELA VISTA DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo nº. 0030119-36.2018.8.18.0001

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, Rua da Assembleia, nº. 100 – 26º andar – Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.011-904, CNPJ: 09.248.608/0001-04, neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, que lhe promove **SANTO BENTO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos 30 e seguintes da Lei 9.099/95 e demais cominações legais pertinentes à espécie, apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, consoante as razões de fato e de direito que passará a declinar.

DOS FATOS ALEGADOS NA EXORDIAL

Alega a parte autora na exordial ter sido vítima de acidente automobilístico em **06/07/2015**, na cidade de TERESINA/PI.

Aduz que o ocorrido teria lhe causado suposta debilidade em caráter permanente, **lesão do membro inferior esquerdo**, sem, contudo, juntar meios de prova aptos a demonstrar, de maneira robusta e inconteste, fazer jus ao recebimento de complementação de indenização de Seguro DPVAT.

Na tentativa de comprovar a existência do acidente de trânsito, a parte Autora junta Boletim de Ocorrência nº 100255.001702/2015-58 em que afirma, simploriamente, que foi vítima de acidente de trânsito.

Ocorre que a parte autora já recebeu administrativamente o valor de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)** a título de indenização depevatária pela lesão sofrida em decorrência do acidente de trânsito, nos moldes do Art. 3º, § 1º, inciso I e II, da lei 6.194/74 e, de acordo com a tabela legal, razão pela qual não há de ser falar em complementação de valor indenizatório através desta via judicial, devendo a presente demanda ser julgada totalmente improcedente, como será melhor demonstrado abaixo.

Assim sendo, por entender, equivocadamente, e contrariamente à jurisprudência pacífica, que o valor da indenização corresponde ao quantum de

R\$ 8.725,00 (oito mil e setecentos e vinte e cinco reais) e por isso ingressou com a presente ação para pleitear o valor que entende devido.

PRELIMINARMENTE

DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS À PROPOSITURA DE AÇÃO.

Os arts. 319 e 320 do CPC/15 dispõem sobre os requisitos para propositura de petição inicial. Nesse sentido esclarece o art. 320 do CPC/15:

Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

Para identificação das partes e de seus procuradores é indispensável a apresentação de documento de identificação (RG, CNH, Certidão de nascimento) e procuração com poderes outorgados.

Ainda, para que seja confirmada a competência territorial da demanda, é necessária a juntada de comprovante de residência da parte Autora.

Nesse sentido, verifica-se que a parte Autora deixou de juntar COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.

Assim, requer-se a extinção do feito, ante a ausência de documentos essenciais para a propositura da ação, nos termos do art. 485, inciso I do CPC/15.

Caso V. Exa. assim não entenda, requer-se que a parte Autora seja intimada para emendar a inicial para juntar mencionado documento ausente, no prazo de 15 dias nos termos do art. 351 do CPC/15.

DA ILEGIBILIDADE

A parte Autora acrescentou aos autos **RG e CPF ilegíveis**, impedindo a plena identificação civil, competência territorial e poderes outorgados ao mandatário, nos documentos trazidos aos autos (RG, CPF, CNH, Procuração, Comprovante de residência e outros), impossibilitando, ainda, o exercício do contraditório. Assim, requer que o juízo determine que tal documento seja colacionado ao processo de maneira legível, sob pena de extinção sem resolução do mérito.



DA INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL

A demanda versa exclusivamente sobre pedido de Invalidez Permanente, o qual foi distribuído junto ao Juizado Especial Cível da Comarca de TERESINA.

De acordo com o previsto no art. 3º, §1º, da Lei nº 6.194/74, os pedidos de invalidez permanente necessitam obrigatoriamente de laudo pericial com a graduação da lesão, o qual só é possível através de perícia médica, ocasião em que é expedido o laudo pericial. Assim, trata-se de procedimento de extrema complexidade, sendo este incompatível com o rito dos juizados especiais cíveis, razão pela qual a demanda deverá ser direcionada ao procedimento da justiça comum.

Dessa forma, em que pese a previsão contida no artigo 1.063 do CPC/2015, por força do artigo 3º da lei 9.099/95 que estabeleceu que os juizados especiais têm “competência para conciliação, processo e julgamento das causas de menor complexidade”, a referida demanda deverá ser extinta.

RECURSO INOMINADO. DPVAT. AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO. REFORMA DA SENTENÇA. A sentença que julgou improcedente a ação extinguindo o processo com julgamento do mérito, **deve ser reformada para extinguir o processo sem julgamento do mérito**, por se tratar o laudo pericial do IML de documento essencial à propositura da ação, em caso de ausência de outro laudo que esteja apto a constatação das sequelas. Extinção de ofício. Reforma da sentença. Recurso conhecido e improvido. (RI 0005764-07.2016.8.14.9001, Relator: TANIA BATISTELLO, TURMA RECURSAL PERMANENTE, Data de Julgamento: 26/04/2017).

Segue ainda Precedente das Turmas de Uniformização de Jurisprudências da Turma Recursal de Teresina/PI como exemplo:

PRECEDENTE Nº 07 – Nos processos em que se discute a indenização do seguro DPVAT, necessário se faz que o laudo médico juntado aos autos do processo informe o percentual da invalidez, sob pena de necessidade

de perícia técnica para apurar o referido grau, excluindo, desta forma, a competência dos Juizados Especiais Cíveis para a análise dos presentes casos. (Aprovado à unanimidade).

DO MÉRITO

DO PAGAMENTO EFETUADO PELA VIA ADMINISTRATIVA E SUA PLENA VALIDADE

A despeito da presente postulação judicial, impede registrar que a indenização devida pelo Convênio DPVAT foi paga em âmbito administrativo no montante de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)** o que, claramente, evidencia a impropriedade desta Ação, notadamente porque o montante pago obedeceu aos limites estabelecidos com relação ao grau de invalidez da parte Autora.

COMPROVANTE DE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:

SINISTRO 3150937873 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA SANTO BENTO DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO ARUANA

SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO SANTO BENTO DA SILVA




CPF/CNPJ: 04030874304

Posição em 22-02-2019 17:38:18

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/12/2015	R\$ 4.725,00	R\$ 0,00	R\$ 4.725,00

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
30/11/2015	Interrupção de Prazo	
24/11/2015	Interrupção de Prazo	
10/11/2015	Aviso de Sinistro	

De fato, a realização de pagamento pela via administrativa é precedida, em qualquer circunstância, de criteriosa análise quantitativa e qualitativa da invalidez acometida parte Autora, à luz dos critérios de proporcionalidade estabelecidos pela tabela estatuída pela Medida Provisória nº.451/08, convertida em Lei, **nos moldes da repercussão demonstrada abaixo em laudo produzido pela Seguradora Líder:**

LAUDO ELABORADO PELA SEGURADORA LÍDER:

DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00
PRESTADOR				

O precedente do STJ consubstanciado na Súmula 474 (**A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez**), foi obedecido integralmente, pois foi feita perícia médica acima indicada que aponta a invalidez da parte Autora nos parâmetros estabelecidos pela Lei 6.194/1974.

Destarte, a parte Autora firmou recibo de quitação, no qual outorgou à Ré plena e irrevogável quitação, para mais nada reclamar, seja a que título fosse. Portanto, falece-lhe o direito de requerer a alegada diferença, porquanto a quitação tem o efeito jurídico de desonerar o devedor de toda e qualquer responsabilidade acerca da obrigação quitada, a teor do parágrafo único do artigo 320 do Código Civil: *Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.*

Deste modo, resta comprovada na lei, na doutrina e na jurisprudência a improcedência da presente demanda.

DO VALOR INDENIZÁVEL – UTILIZAÇÃO DA TABELA DA LEI 11.945/2009 E APLICAÇÃO DA REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE

Insta destacar, Excelência, que a Lei 11.945/2009 surgiu para estabelecer novos parâmetros à necessidade de **graduação das lesões** decorrentes de acidente de trânsito, em casos de invalidez permanente, para que seja aplicada de forma proporcional a indenização depevatária, conforme consta na tabela da referida Lei (em anexo).

Inclusive, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento conjunto da ADI 4627/DF e da ADI 4350/DF e do ARE 704520/SP, **reconheceu a constitucionalidade das**

alterações procedidas pelas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009 na Lei 6.194/1974, cujas decisões se revestem de força normativa obrigatória na categoria de precedente, conforme o art. 927, I, do CPC/2015.

Em se tratando de invalidez parcial completa de membro, aplica-se o valor correspondente a cada seguimento corporal afetado pelo sinistro, conforme disposto no Art. 3º, II, § 1º, I e ANEXO da Lei 6194/74, ou seja, cada órgão, sentindo ou função, lesionado corresponde a uma graduação distinta, variando entre 10%, 25%, 50%, 70% e 100% do valor total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), onde as lesões em órgãos de maior relevância possuem um maior valor.

Quando a invalidez for parcial incompleta, verifica-se o seguimento corporal atingido pelo acidente de trânsito e aplica-se em sequência a sua repercussão, que será quantificada entre 75% (setenta e cinco por cento) se a invalidez for intensa, em 50% (cinquenta por cento) se a repercussão for média, 25% (vinte e cinco por cento), leve e 10% (dez por cento), quando a perda for residual. Portanto, o valor deverá ser aplicado da maneira descrita.

LESÃO CONFORME O LAUDO: **LESÃO DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**

GRAU CONFORME A TABELA DA LEI Nº 11.945/2009: **70%**

VALOR MÁXIMO INDENIZÁVEL: **70%** de R\$ 13.500,00

REPERCUSSÃO DA LESÃO: **média**

GRAU DA REPERCUSSÃO: **50%**

VALOR TOTAL DA INDENIZAÇÃO DEVIDA À VÍTIMA: R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)

Nestes termos, pugna a Requerida para que seja aplicada devidamente a tabela legal de indenizações, nos moldes do que fora demonstrado alhures, determinando, em caso de condenação, o valor da indenização devido de acordo com os moldes da suposta lesão sofrida, bem como seu percentual de repercussão.

DA IMPUGNAÇÃO AOS DOCUMENTOS JUNTADOS PELO AUTOR

1. DA IMPUGNAÇÃO AO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

O boletim de ocorrência trata-se de documento que tem por finalidade principal o registro ordenado de eventos que afetam a ordem pública e que por isso, necessitam da intervenção do Estado, através de polícia. Em ações que versam sobre seguro DPVAT, em atenção ao Art. 5º, da Lei 6.174/94, auxiliam na comprovação do sinistro indenizável.

No caso vertente, a sua validade perante o Juízo encontra-se prejudicada, tendo em vista o (s) vício (s) abaixo pontuado (s):

O boletim de ocorrência juntado aos autos está ilegível, o que prejudica a correta análise do referido documento. Senão, vejamos:

Governo do Estado do Rio
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100255.001702/2015-58

Unidade Policial: GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA Resp. pelo Registro: Francisco Stênio Ferreira Barbosa
Data/Hora: 20/07/2015 - 19:00

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável: GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
Tipo Local: RUA PÚBLICA
Município: TERESINA
Endereço: BR 316, Nº:
Complemento: Bairro: PORTO ALEGRE
Ponto de Referência: RANDON

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: SANTO BENDO DA SILVA
RG: 2672217 SSP/PI
Mãe: MARIA DASDORES DA SILVA
Pai: MENELVINO BENTO GONÇALVES
Endereço: RUA 07 Nº 4820 LOT CIDADE VERDE, Nº
Bairro: NOVO HORIZONTE
Cidade: TERESINA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência:
1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE INFORMA QUE TRAFEGAVA NA BR 316, SENTIDO SUL/NORTE, CONDUZINDO A VIT. HONDA CB 600, COR PRETA, ANO 2014/15, RENAVAM 01025566243 DE PROPRIEDADE DE MARIA DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, CPF 01904478309 E NAS PROXIMIDADES DA EMPRESA RANDON TEVE SUA PASSAGEM OPOSTA POR UM CARRO, PLACA E PROPRIEDADE NÃO IDENTIFICADOS, QUE EVADIU-SE DO LOCAL, FICANDO O NOTICIANTE COM FERIDA PERNA ESQUERDA SEGUNDO PRONTUÁRIO MÉDICO. APÓS O ACIDENTE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA POR ALEFY VENÂNCIO MORAIS DE SOUSA RG 3.021.556 SSP/PI, CPF 042.112.543-83 E LEVADO PARA O HOSP.

Santo Bendo da Silva
SANTO BENDO DA SILVA - Noticiante
Responsável pela informação

Francisco Stênio Ferreira Barbosa - Mat. 0092581
AGENTE DE POLÍCIA

2. DA IMPUGNAÇÃO AO LAUDO DO IML

O laudo do IML é documento essencial para propositura de ações DPVAT que versam sobre invalidez, visto que é um documento hábil a comprovar se o Autor possui invalidezes permanentes ou apenas temporárias, possibilitando a comprovação do **nexo de causalidade entre o acidente ocorrido e a lesão alegada; além de conter a especificação do grau de invalidez sofrida pelo autor**, em conformidade com a tabela estabelecida pela Lei nº 11.945/09.

Acontece que o presente laudo do IML juntado aos autos, precisa ser impugnado pelos motivos expostos abaixo:

2.1. DA AUSÊNCIA DE QUANTIFICAÇÃO

Consoante se depreende dos autos, o presente laudo do IML não está apto a comprovar com precisão a suposta invalidez permanente do Autor, **visto que não consta o grau de redução funcional que porventura atingiu a parte autora, elemento imprescindível para que possa ser fixada a indenização correspondente, de acordo com a tabela específica**, legislação de regência e precedentes, notadamente a Súmula 474 do STJ (A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez), vejamos:

interessar. H I S T Ó R I C O: Periciando orientado auto e alo psiquicamente, relata que fora vítima de acidente de trânsito com motocicleta que pilotava, e QUE POR OCASIÃO DO ACIDENTE NÃO ERA HABILITADO PARA A CONDUÇÃO DE TAL MODALIDADE DE VEÍCULO. e que por ocasião do acidente era habilitado para a condução de tal modalidade de veículo. DESCRIÇÃO: Presença de cicatriz de ferimento cirúrgico na face anterior do terço proximal da perna esquerda (tratamento cirúrgico de fratura de tibia subjacente - HUT - 365230). Como sequelas o periciando tem LIMITAÇÃO PARCIAL DA ARTICULAÇÃO DO JOELHO HOMOLATERAL AO TRAUMA. Tais sequelas conferem ao periciando uma DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO E NÃO LEVA A UMA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. PARA FINS DE SEGURO DPVAT, COM RELAÇÃO À REPERCUSSÃO NA ÍNTEGRA DO PATRIMÔNIO FÍSICO(art. 3º, Lei 6194 / 1974 - incluído pela Lei nº 11.945, de 2009), OS DANOS CORPORAIS TOTAIS DO PERICIANDO LEVAM A PERDA NULA (0,0%). DISCUSSÃO: Periciando informa que já recebera seguro DPVAT referente ao acidente motivo desta perícia. RESPOSTA AOS QUESITOS FORMULADOS: 1) Houve ofensa à integridade física ou a saúde do examinado? Resp.: SIM. 2) Qual o instrumento ou meio que a produziu? Resp.: INSTRUMENTO CONTUNDENTE. 3) Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito? Resp.: PODERÃO TER SIDO. 4) Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função? Resp.: RESULTOU EM INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS POR MAIS DE TRINTA DIAS E EM DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO. 5) Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função ou deformidade permanente? Resp.: NÃO. 6) Outros dados julgados úteis? Resp.: NÃO. Nada mais havendo, deu-se por findo o presente laudo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. //

JOSÉ LUIZ CASTELO B. DE SIQUEIRA
Perito Médico-Legista - CRM 1873 - PI

Raimundo Nonato Lima
Escrivão de Polícia 1ª Classe

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO MÉDICO LEGAL
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO, que a presente cópia conforma com o original. O referendo é verdadeiro e dou fe.
Teresina-PI, 23 de 10 / 2019
Escrivão de Polícia 2ª Classe
Escrivão de Polícia 2ª Classe

Assim, como o Autor não se desimcubiu do ônus de provar seu suposto direito, requer-se a improcedência da ação, nos termos do art. 487, inciso I c/c art. 373, inciso I, ambos do CPC/15.

Alternativamente, requer-se, caso V.Exa. Não entenda pela improcedência, que Oficie o Instituto Médico Legal - IML responsável pela lavratura do documento impugnado, para que, em prazo determinado por este juízo, preste esclarecimentos sobre a quantificação da lesão supostamente sofrida pela Vítima.

Ademais, por fim, ante a ausência de intimação do IML Local, requer-se que seja determinada perícia médica no intuito de aferir a quantificação da lesão apresentada pelo Autor.

2.2. DO LAUDO DO IML TARDIO - AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE

O Laudo do IML juntado aos autos, fora realizado após **3 anos, 3 meses e 3 dias** entre o sinistro (06/07/2015) e a confecção do referido laudo (09/10/2018), conforme pode-se analisar abaixo:

SECRETARIA DE SEGURANÇA DO PIAUÍ INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL "Gerardo Vasconcelos" Rua Francisca de Melo Lôbo, s/n.º Sacy - Fone: 86 3220 7373 TERESINA-PI CEP: 64020-190 CNPJ: 06.553.549/0001-90			
LAUDO DE EXAME PERICIAL - L. CORPORAL-ACID. TRÂNSITO			
Pag: 1 de 1			
Identificação do Laudo:			
Código: 112956	Tipo: L. CORPORAL-ACID.	Requerente: DELEGACIA DE ACIDENTES	Cidade: TERESINA-PI
Data Requisição: 08/10/2018	Remeter para: O mesmo(a)	Data Exame: 09/10/2018	Hora Exame: 08:43
Local Exame: I.M.L.	Emissão do Laudo: 09/10/2018 08:43:35		
Identificação do Periciando:			
Código: 93682	Nome: SANTO BENTO DA SILVA	Nacionalidade: Brasileira	Cor: PARDAS
Dt. Cadastro: 09/10/2018	Endereço: RUA SANTA RITA, 2948 - PARQUE VITÓRIA - TERESINA - PI		
Mãe: MARIA DAS DORES DA SILVA	Pai: MENEZES BENTO GONÇALVES		
CPF: 2.872.217-SSP-PI	Registro Nascimento: -		
Profissão: CARPINTIRO	Nascimento: 05/01/1988	Idade (anos): 30	Sexo: M
Estado Civil: Casado (a)			

Acontece que este lapso temporal afeta o **nexo de causalidade entre o sinistro e a suposta lesão**, visto que o perito não poderia comprovar com precisão se a mencionada lesão é, de fato, decorrente do acidente de Trânsito, tendo em vista que o Autor **NÃO** comprovou que estava em tratamento médico durante o mencionado período.

Assim, em razão da perda no nexo de causalidade, requer-se a improcedência da ação, nos termos do Art. 487, inciso I c/c Art. 373, inciso I, ambos do CPC/15.

3. DA IMPUGNAÇÃO AOS DOCUMENTOS MÉDICOS

Impugnam-se os documentos médicos juntados pelo autor com o fito de comprovar a existência e quantificação da invalidez permanente, **ilegibilidade do boletim de atendimento médico**, não servindo para o fim de comprovar incapacidade permanente da parte Autora.

Porém, é dever da parte Autora juntar documentos legíveis aos autos para que estes façam prova do suposto direito pleiteado. **Assim, juntar documento ilegível compromete o nexo de causalidade, essencial para comprovar a responsabilidade objetiva do Réu.**

Nesse sentido, requer-se a **improcedência** da ação, nos termos do art. 487, inciso I c/c art. 373, inciso I, ambos do CPC/15, bem como princípio da primazia do mérito, visto que os documentos acostados estão ilegíveis, comprometendo o nexo de causalidade do direito pleiteado.

Caso V. Exa. assim não entenda, requer-se que o Autor seja intimado para emendar a inicial para juntar documento LEGÍVEL, no prazo de 15 dias nos termos do art. 351 do CPC/15.

DO ÔNUS DA PROVA

O art. 373, I do CPC, determina que:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

*I - ao **autor**, quanto ao fato constitutivo de seu direito;*

*II - ao **réu**, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (Grifo nosso)*

Assim, cabe ao autor o ônus de provar o fato constitutivo do seu direito e, ao réu, os fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito daquele.

Portanto, não há que se falar em distribuição dinâmica do ônus da prova, pois de acordo com essa teoria, o ônus da prova incumbe a quem tem melhores condições de produzi-la, o que não se enquadra no caso vertente, pois há órgão especializado, dotado de Fé pública, capaz de realizar tal perícia e o que se observa, na verdade, é o claro intuito da Requerente em jogar a sua responsabilidade comprobatória para a requerida.

Portanto, devem ser mantidas as regras gerais quanto à distribuição estática da prova, prevista nos incisos I e II do artigo 373 do CPC/15, devendo ser imputado ao autor o ônus processual de provar o que alega.

Razão pelo qual a Ré requer a **IMPROCEDÊNCIA DA PRESENTE DEMANDA**, nos termos do art. 487, I do CPC, tendo em vista que o autor deixou de juntar aos autos documentos hábeis para comprovar o direito que alega, descumprindo com o seu dever.

Caso assim não se entenda, requer a realização de prova pericial, a ser realizada por perito do Juízo, nos moldes do ACT nº 69/2015 (acordo de Cooperação Técnica entre a Seguradora Líder e o TJ/PI).

DOS JUROS LEGAIS

Conforme a decisão do STJ em recurso repetitivo que “Como o seguro DPVAT trata-se de responsabilidade contratual e obrigação líquida, os juros são devidos a partir da citação”. Ademais, editou a **Súmula 426/STJ** uniformizando a jurisprudência em todos os Tribunais, vejamos:

RECURSO REPETITIVO. DPVAT. JUROS. MORA. TERMO INICIAL.

A Seção, ao julgar recurso sob regime do art. 543-C do CPC c/c a Res. n. 8/2008-STJ, **firmou entendimento de que, em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT), os juros de mora são devidos a contar da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida**. Precedentes citados: REsp 665.282-SP, DJe 15/12/2008; AgRg no Ag 998.663-PR, DJe 3/11/2008; AgRg no REsp 936.053-SP, DJe 7/5/2008; AgRg no REsp 955.345-SP, DJ 18/12/2007, e REsp 546.392-MG, DJ 12/9/2005. REsp 1.120.615-PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 28/10/2009.

Súmula 426/STJ: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

Requer-se a aplicação da súmula 426/STJ, com a devida aplicação do juros a partir da citação.

DA CORREÇÃO MONETÁRIA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 580 DO STJ

No caso de superveniência de sentença condenatória, além da observância acerca do cálculo da indenização estabelecido pela Lei nº 11.945/09, requer seja considerada por Vossa Excelência a data do evento danoso para a incidência da correção monetária, na forma do estabelecido na Súmula 580 do STJ, in verbis:

"SÚMULA 580: correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no §7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso". (Súmula 580, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 19/09/2016).

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer-se:

- Informa a Ré, primeiramente, que não tem interesse na composição de acordo. Portanto, nos moldes do art. 334, § 5º, DO CPC/2015, opta pela desistência da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO;
- A extinção do feito sem julgamento do mérito, tendo em vista a(s) preliminar(es) arguida(s):

- Diante, da necessidade de produção de prova complexa, considerando o artigo 3º da lei 9.099/95 que estabeleceu que os Juizados especiais têm

“competência para conciliação, processo e julgamento das causas de menor complexidade”, pugna-se que a referida demanda deverá ser extinta sem resolução do mérito;

- A **TOTAL IMPROCEDÊNCIA** da Ação, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC/2015, **face ao correto pagamento administrativo da indenização, no valor de: R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**, realizado em estrita conformidade com os parâmetros estabelecidos no Art. 3º da Lei 6.194/74, razão pela qual não há de se falar no pagamento complementar à parte demandante, mesmo porque, não existe, até o momento, prova em sentido contrário;
- Tendo em vista que a parte Autora **deixou de juntar AHDAUIDHNAUHUIAHNDUI**, requer-se a **IMPROCEDÊNCIA** em virtude de tratar-se de documentos essenciais à comprovação dos fatos, do nexo de causalidade e do suposto direito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC/15;
- Tendo em vista que os documentos juntados pela parte Autora (**BOLETIM DE OCORRÊNCIA E BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO**) **encontram-se ilegíveis**, requer-se a **IMPROCEDÊNCIA** em virtude da ausência de documentos essenciais legíveis à comprovação dos fatos, do nexo de causalidade e do suposto direito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC/15;
- Ademais, a **IMPROCEDÊNCIA** da Ação, em face de não haver nos autos qualquer prova que demonstre que o Autor possui invalidez permanente em razão de acidente de trânsito, tendo em vista a **ausência de Laudo do IML devidamente quantificado**, conforme a Lei nº 6.194/94, e o mesmo não se desincumbiu do ônus da prova que lhe compete (art. 373, inciso I do CPC/15), e princípio da primazia do mérito (art. 4º do CPC/15);
- Caso V. Exa. não entenda pela improcedência da ação, requer-se que seja designada **perícia judicial**, para que se constate a existência de invalidez permanente, bem como a sua quantificação, nos termos constantes na Lei nº 6.194/94. Para tanto, requer-se que seja realizada perícia judicial, nos moldes do **ACT nº 69/2015 (acordo de Cooperação Técnica entre a Seguradora Líder e o TJ/PI)**, com os honorários periciais arbitrados no valor R\$200,00 (duzentos reais), montante este suportados pela Seguradora Ré, e, **posteriormente, que seja intimado um perito judicial para realização da perícia com respostas ao quesitos que as partes deverão apresentar**;
- Requer-se o **depoimento pessoal do Autor** para elucidar a dinâmica do acidente, data em que ocorreu, local do evento, veículos envolvidos, data na qual foi realizado o exame pericial, além de sanar quaisquer lacunas documentais e garantir a comprovação inequívoca do nexo causal.
- Protesta, ainda, por todo o gênero de provas admitido em direito, especialmente documental, pericial e depoimento da vítima (parte Autora), sob pena de confissão;
- O indeferimento do pedido de condenação em honorários advocatícios, uma vez que tal ação processa-se através do rito sumaríssimo (Art. 55, 1ª parte, Lei nº 9.099/95). Acredita no indeferimento da solicitação de concessão da justiça gratuita, uma vez que resta explícita e inegável a contradição entre a

suposta condição econômica do proponente e o ajuizamento de ação por meio de patrono particular;

Nos termos do ART. 272, § 5º, DO CPC/2015 (Constando dos autos pedido expresse para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade), requer-se que as comunicações dos atos processuais sejam dirigidas à advogada **DRA. LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES, inscrita na OAB/PI sob o nº 16.071, com Escritório Profissional cito à Av. Governador José Malcher, nº 80, bairro: Nazaré, Belém/PA, CEP 66035-100, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.**

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

TERESINA/PI, 22 de fevereiro de 2019.



LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES
OAB/PI nº 16.071



Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autônoma					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autônoma, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

GRAU	PORCENTAGEM
RESIDUAL	10%
LEVE	25%
MÉDIO	50%
INTENSO	75%
TOTAL	100%

Por fim, apresenta os seguintes quesitos para a realização da perícia médica:

1- Há algum membro/órgão do periciando danificado? Qual?

2- O periciando já foi submetida a tratamentos médicos capazes de minimizar o dano?

3- O periciando é acometido de invalidez permanente? O periciando está incapacitada para o desempenho do exercício de toda e qualquer profissão? (Art. 3º, § 1º da Lei nº. 6.194/74)

4- Em caso de invalidez permanente, esta decorre do acidente narrado pela parte autora na petição inicial ou é oriunda de circunstância anterior?

5- Restando configurada a invalidez permanente, esta se configura como total ou parcial?

6- Em sendo comprovada a invalidez permanente parcial, esta é completa ou incompleta? (Art. 3º, § 1º inciso I e II da Lei nº. 6.194/74)

7- Em sendo incompleta, qual a repercussão dos danos (intensa - 70%, média - 50%, leve - 25% ou por sequelas residuais - 10%)? (Art. 3º, § 1º inciso II da Lei nº. 6.194/74).

Por fim, a Seguradora Ré informa que não indicará Assistente de Perito.



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100255.001702/2015-58

Unidade Policial: GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA

Resp. pelo Registro: Francisco Stênio Ferreira Barbosa

Data/Hora: 29/07/2015 - 14:46

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável
GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA

Tipo Local
VIA PÚBLICA
Município
TERESINA
Endereço
BR 316, Nº:
Complemento

Bairro
PORTO ALEGRE

Ponto de Referência
RANDON

Data/Hora
05/07/2015 - 19:00

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

Nome: SANTO BENDO DA SILVA
RG: 2872217 SSP/PI
Mãe: MARIA DASDORES DA SILVA
Pai: MENELVINO BENTO GONÇALVES
Endereço: RUA 07 Nº 4820 LOT CIDADE VERDE, Nº
Bairro: NOVO HORIZONTE
Cidade: TERESINA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência
1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE INFORMA QUE TRAFEGAVA NA BR 316, SENTIDO SUL/NORTE, CONDUZINDO A MOTO HONDA CB 150, COR PRETA, ANO 2014/15, RENAVAM 01025566243 DE PROPRIEDADE DE MARIA DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, CPF 01904476309 E NAS PROXIMIDADES DA EMPRESA RANDON TEVE SUA PASSAGEM OBSTRUIDA POR UM CAMINHÃO, PLACA E PROPRIEDADE NÃO IDENTIFICADOS, QUE EVADIU-SE DO LOCAL, FICANDO O INFORMANTE COM FERIDA NA PERNA ESQUERDA SEGUNDO PRONTUÁRIO MÉDICO. APÓS O ACIDENTE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA POR ALEFY VENÂNCIO MORAIS DE SOUSA RG 3.021.895 SSP-PI CPF 042.112.543-83 E LEVADO PARA O HLT

Francisco Stênio Ferreira Barbosa - Mat. 0092681
AGENTE DE POLÍCIA

SANTO BENDO DA SILVA - Noticiante
Responsável pela informação

JETAN PINHEIRO BARBOSA
Delegado de Polícia





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TERESINA**

J.E. CIVEL TERESINA ZONA SUL 1 - BELA VISTA - ANEXO I - DES. NILDOMAR DA SILVEIRA SOARES

RODOVIA BR 316 - Km 05, 0, Bela Vista - TERESINA

SENTENÇA

Processo: 0030119-36.2018.818.0001

Aj: 05/12/2018

Ação: COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO SEGURO OBRIGATÓRIO.

Requerente: SANTO BENTO DA SILVA.

Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Vistos em sentença:

1. Cuida-se de ação em que são partes as acima qualificadas nos autos. Em síntese, sustentou o autor ter sido vítima de acidente de trânsito ocorrido nesta capital em 06/07/2015, que lhe ocasionou lesões na perna esquerda. Alegou ter recebido na esfera administrativa a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Daí o acionamento postulando a complementação de indenização no importe de R\$ 8.725,00 (oito mil setecentos e vinte e cinco reais); inversão do ônus da prova; custas processuais e honorários advocatícios. Juntou documentos.

2. Resolução amigável infrutífera nas audiências realizadas. Contestando, a ré suscitou a prefacial de falta de documento essencial, sob alegação de que não fora acostado comprovante de endereço e complexidade de causa. No mérito, asseverou que não foi verificada qualquer invalidez permanente. O laudo do IML



constatou que os danos corporais foram nulos. Ao final pugnou pela total improcedência do pedido autoral. É o breve relatório inobstante dispensa legal (art. 38, da Lei 9.099/95). Examinados, discuto e passo a decidir:

3. Não procedem as preliminares erigidas. O juizado como todos dessa instância especial possui indiscutível competência para conhecer e julgar ações deste viés cujo rito sumaríssimo lhe é de todo adequado, não cingindo-se a causa a matéria complexa, porquanto desnecessário a realização de exame pericial além do que fornecido pela autora para o seu deslinde. Demais disso, consta nos autos comprovante de endereço da autora, como se observa em Cadastro Nacional de informações sociais (evento 01).

4. Com efeito, é sabido que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável as relações que envolvem contratos de seguro, não sendo o caso dos autos, uma vez que o seguro DPVAT é de natureza obrigatória, conforme preceitua a Lei nº 6.194/74, sendo, portanto, inaplicável as normas consumeristas.

5. Na espécie, exsurge evidente a inexistência de atestação pericial que configure invalidez do autor de sorte a lhe assistir indenização securitária como vindicado na peça de ingresso, pois o percentual constante de grau de invalidez no laudo pericial foi considerado pelo perito como nulo.

6. De acordo com o disposto no art. 3º da Lei 6.194/74, alterado pela Lei 11.482/2007, o seguro obrigatório DPVAT, só é devido nos casos de acidente automobilístico de que resultar morte ou invalidez permanente. Inexistindo prova cabal de que a seqüela sofrida pela parte tenha resultado na sua invalidez permanente, não há como ser reconhecido seu direito de receber o valor da indenização pretendida.

7. O laudo no evento nº 01, aponta de forma clara a inexistência de incapacidade permanente, pois a resposta ofertada pelos expertos ao 5º quesito, exatamente aquele que indaga sobre se resultará as lesões sofridas em incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável ou deformidade permanente, foi negativa quanto à incapacidade para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilidade de membro, sentido ou função e deformidade permanente.



8. Em outras palavras: não resultou incapacidade permanente, sendo por óbvias, negativas as asserções seguintes. Restou caracterizada a debilidade permanente e incapacidade para suas ocupações habituais por mais de trinta dias, conforme o quesito nº 4 e tendo como lesão corporal total nula.

9. Não caracterizado com a indispensável prova da existência de incapacidade permanente ao trabalho ? ou ainda qualquer perda de sentido, membro ou função aptas a impossibilitarem o exercício de ocupação laboral ? impositivo se faz o julgamento de improcedência da postulação indenizatória, pois sem o anteparo legal autorizador da indenização, tendo por mais que lei não contempla situações outras além das expressamente contidas para o acolhimento da pretensão autoral. Nesta direção e com os nossos grifos, ilustramos:

CIVIL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - INVALIDEZ PERMANENTE - NÃO CONFIGURAÇÃO - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE - SENTENÇA MANTIDA. 1. **Se ausente conclusão médica de que as lesões sofridas no acidente automobilístico resultaram na incapacidade permanente do segurado, não há como ser reconhecido o direito à indenização de quarenta salários mínimos prevista no artigo 3º da Lei nº 6.194/74, porquanto este valor corresponde à indenização do seguro obrigatório (DPVAT) para os casos de invalidez permanente.** 2. recurso conhecido e não provido. (TJDFT - 20080110826149APC, Relator Humberto Adjuto Ulhôa, 3ª Turma Cível, julgado em 02/12/2009, DJ 11/01/2010 p. 55)

CIVIL. INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE (DPVAT). ACIDENTE. LESÕES CORPORAIS. DEBILIDADE PERMANENTE DE GRAU LEVE. INCAPACIDADE DESCARACTERIZADA. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. 1. De acordo com o fixado pela Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT), **a indenização derivada do sinistro havido somente é devida em tendo determinado a invalidez permanente do segurado, não legitimando seu pagamento a deformidade de grau leve que não ensejara a incapacidade laboral (art. 3º, "b").** 2. Ocorrido o sinistro e dele emergindo lesões afetando a integridade corporal do segurado, mas não determinando sua invalidez, somente é cabível o reembolso do que vertera com o custeio dos serviços médico-hospitalares que lhe foram dispensados, desde que devidamente comprovadas as despesas que suportara (arts. 3º, "c", e 5º, § 1º, "b"). 3. Recurso conhecido e improvido. Maioria. (20040310145212ACJ, Relator Teófilo Caetano, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, julgado em 15/03/2005, DJ 11/05/2005 p. 41)



10. Pelo exposto e com suporte no Enunciado 162 do Fonaje, julgo improcedente o pedido autoral. Considerando a inexistência de prova material da hipossuficiência apenas alegada pelo autor, exsurge evidente por este motivo denegar o pretendido benefício de gratuidade judicial, eis que tal comprovação é uma exigência de índole constitucional, como preceitua o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal. Denego a condenação em custas processuais e honorários advocatícios, porque incabíveis nesta instância. Determino o seu arquivamento, transitado em julgado.

Teresina, 14 de maio de 2019.

Bel. João Henrique Sousa Gomes

Juiz de Direito ? JECC Bela Vista

